



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 27/11/2013, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0005986-32.2013.8.26.0566** (nº de ordem 670/13)  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Luciano Leite Rodrigues**  
 Requerido: **Real Consorcio Banco Santander**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Luciano Leite Rodrigues** move ação em face de **Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.**, dizendo ter firmado com a ré contrato de consórcio imobiliário n. 0000137636, no ano de 2006, no total de 120 parcelas mensais. Pagou duas parcelas, no valor de R\$ 525,78 cada uma, e por motivo de doença deixou de pagar as demais. Pede a procedência da ação para condenar o réu à devolução desses valores, atualizados, no importe de R\$ 1.729,51, além dos consectários moratórios e da sucumbência. Documentos às fls. 07/09.

A ré foi citada e contestou às fls. 32/48 dizendo que não pode ser compelido à devolução imediata das parcelas pagas pelo consorciado desistente. A devolução ocorrera em até 30 dias contados do prazo para o encerramento do grupo correspondente. O valor de cada prestação contém também as verbas de contribuição ao Fundo Comum, a contribuição ao Fundo de Reserva, a taxa de administração e o pagamento do prêmio do seguro. Aplicável o artigo 30 da Lei 11.795. Não incidem juros de mora a partir da citação. Improcede a demanda.

Réplica às fls. 65/68. Debalde a tentativa de conciliação (fl. 77), tendo as partes reiterado os seus anteriores pronunciamentos.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

**É o relatório. Fundamento e decido.**

O documento de fl. 07 confirmou que o autor em 2006 firmou com a ré contrato de consórcio imobiliário n. 0000137636, no total de 120 parcelas mensais. Incontroverso que o autor pagou duas parcelas de R\$ 525,78 cada uma e desistiu de continuar no consórcio.

Com efeito, para se obviar o enriquecimento sem causa, o autor faz jus à repetição dos valores pagos a ré, mas é lícito a esta reter os valores da taxa de administração do consórcio e do seguro prestamista. A taxa de administração tem como finalidade a remuneração da administradora pelos serviços por esta prestados para a formação, organização e administração do grupo, não se confundindo pois com a outra porção do valor da prestação que tem como finalidade a compra do bem definido no contrato. O valor do prêmio do seguro prestamista também não se confunde com a porção do valor que tem como objetivo a compra do bem indicado no contrato de consórcio, pois o seguro tem como escopo garantir o pagamento de uma capital destinado à cobertura do saldo devedor do consorciado na hipótese de sinistro coberto nos termos da apólice. Esse seguro é opcional, mas o autor anuiu aos seus termos, motivo pelo qual o valor do prêmio será excluído do total a ser restituído.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, para os contratos firmados antes da vigência da Lei 11.795/08, a devolução das parcelas quitadas pelo consorciado desistente deve ocorrer até 30 (trinta) dias, a contar do prazo previsto no contrato para o encerramento do grupo, conforme se vê do “Recurso especial repetitivo. Julgamento nos moldes do art. 543-C do Código de Processo Civil. Consórcio. Desistência. Devolução das parcelas pagas pelo consorciado. Prazo. Trinta dias após o encerramento do grupo. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil: é devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas não de imediato, e sim em até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano. 2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido” (REsp nº 1.119.300-RS, registro nº 2009/0013327-2, 2ª Seção, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, j. em 14.4.2010, DJe de 27.8.2010).

A correção monetária incide desde a data do pagamento das duas parcelas de R\$ 525,78 cada uma, respectivamente, 16.10.06 e 11.12.06. Os juros de mora de 1% ao mês terão como termo inicial o primeiro dia imediatamente seguinte ao prazo de 30 dias do encerramento do grupo do consórcio, prazo esse estabelecido para a ré efetuar o pagamento da devolução.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a restituir ao autor, as duas parcelas de R\$ 525,78 cada uma, deduzindo-se de cada parcela a taxa de administração e o valor do prêmio do seguro prestamista previstos no contrato (fl. 07 contém alguns dados a respeito). Contudo, a devolução do respectivo saldo se dará em até 30 dias da data do encerramento do grupo do consórcio referido nos autos. A correção monetária incidirá desde 16.10.06 (1ª parcela) e 11.12.06 (2ª parcela). Os juros de mora de 1% ao mês só incidirão se a ré não restituir ao autor os valores acima referidos em até 30 dias da data do encerramento do grupo do consórcio. Entretanto, o termo inicial da incidência desses juros será o dia imediatamente seguinte ao término do referido prazo. Cada parte arcará com o custo de seu advogado, haja vista a recíproca sucumbência verificada nas pretensões que foram deduzidas por ambos os litigantes. Custas pro rata, sendo que o autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 09 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**